

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.207.246 - DF
(2017/0301017-8)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
EMBARGANTE : CHRISTIANNO NOGUEIRA ARAUJO
ADVOGADO : BRUNO RODRIGUES - DF002042A
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por CHRISTIANNO NOGUEIRA ARAUJO contra decisão da Quinta Turma, que negou provimento ao agravo regimental defensivo.

Alega o embargante que a decisão agravada padeceria de omissão, tendo em vista que teria se limitado a repetir os argumentos apresentados na decisão monocrática agravada.

Sustenta que a divergência jurisprudencial quanto à questão de que as provas foram obtidas direta ou derivadamente do procedimento ilegal teria sido devidamente demonstrada, tendo sido desconsiderados os argumentos apresentados pelo embargante.

Entende que teria havido deficiência na fundamentação da decisão, porquanto não teria se posicionado com relação às alegações defensivas, tendo se utilizado de precedentes que não seriam adequados para afastar suas pretensões.

Requer o acolhimento dos aclaratórios com efeitos modificativos, a fim de sanar os vícios apontados e dar provimento ao apelo nobre apresentado.

É o relatório.

De plano, verifica-se que os aclaratórios são intempestivos.

Isso porque, conforme se verifica da certidão de e-STJ fl. 2.738, o acórdão embargado foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 18.12.2018 e considerado publicado na data de 19.12.2018.

Contudo, os embargos de declaração foram opostos somente em 4.2.2019 - e-STJ fl. 2.742, fora do prazo legal de 2 (dois) dias, de acordo com o artigo 619 do Código de Processo Penal, sendo, portanto, intempestivos.

Confirma-se o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Sodalício:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL. PRAZO RECURSAL. CONTAGEM CONTÍNUA E ININTERRUPTA. FÉRIAS COLETIVAS. PRORROGAÇÃO DO TERMO FINAL. INTEMPESTIVIDADE DO RECLAMO. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. Após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), a Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, no julgamento do AgRg na Rcl n. 30.714/PB, assentou entendimento de que o novo regramento ali previsto, referente à contagem dos prazos em dias úteis, não se aplica às controvérsias que se referem a matéria penal ou processual penal.

2. A continuidade dos prazos processuais penais é afirmada, pelo

princípio da especialidade, de acordo com o art. 798 do Código de Processo Penal.

3. A suspensão do expediente forense, em matéria processual penal, tem como efeito, em relação aos prazos vencidos no seu curso, a mera prorrogação do vencimento para o primeiro dia útil subsequente ao seu término, não havendo interrupção ou suspensão.

4. No caso, o decisão recorrida foi publicada em 29/06/2018, iniciando-se o prazo para a interposição do recurso especial em 02/07/2018, que se encerrou em 06/07/2018. A recorrente poderia ter protocolizado o recurso até 01/08/2018 (quarta-feira), que era o primeiro dia útil subsequente ao final da alegada suspensão do expediente forense. No entanto, o recurso somente foi interposto em 06/08/2018, o que evidencia a sua intempestividade.

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no REsp 1585907/SC, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 16/11/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OPOSIÇÃO APÓS O DECURSO DO PRAZO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. OCORRÊNCIA. ACLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO.

1. Os embargos de declaração no processo penal têm prazo de 2 (dois) dias para a oposição, consoante previsto no artigo 619 do Código de Processo Penal.

2. Disponibilizado o acórdão vergastado no Diário da Justiça Eletrônico em 11 de dezembro de 2017 (segunda-feira) e considerado publicado em 12 de dezembro de 2017 (terça-feira), figura como termo final para o manejo dos aclaratórios a data de 14 de dezembro de 2017 (quinta-feira), mostrando-se evidente a intempestividade da peça processual somente apresentada em 07 de fevereiro de 2017 (quarta-feira).

3. Embargos de declaração não conhecidos. Contudo, de ofício, determina-se a retificação do nome da paciente no relatório do acórdão embargado.

(EDcl no HC 391.162/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 26/02/2018)

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL. DOIS DIAS. ART. 619 DO CPP. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, "aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão".

2. Embargos de declaração não conhecidos.

(EDcl no AgRg no AREsp 1116865/PA, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 01/12/2017)

Importante ressaltar que, nos termos da Portaria STJ/GDG n. 935, de 13 de dezembro de 2018, que dispõe sobre prazos processuais nesta Corte Superior, o período de suspensão de 20.12.2018 a 31.1.2019 não se aplica aos processos relativos à matéria penal, que possuem regulamentação própria, conforme artigo 798 do Código de Processo Penal.

Dessa forma, iniciado o prazo para interposição da insurgência em 7.1.2019, primeiro dia útil subsequente ao feriado regimental previsto no artigo 81, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e encerrado em 8.1.2019, afiguram-se intempestivos os presentes embargos declaratórios que poderiam ser opostos apenas até 1.2.2019.

Ante o exposto, **não se conhece** dos embargos de declaração.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator